

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil

Class.: 09

Data: 7 de abril de 1987

Pg.: 8

Ecologistas podem levar BID a suspender empréstimo ao Brasil

Ricardo Arnt

A Subcomissão de Operações Externas da Comissão de Aprovação de Verbas do Senado dos EUA pediu ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a suspensão do empréstimo ao governo brasileiro para a pavimentação da estrada BR-364 no trecho Porto Velho — Rio Branco.

Em carta enviada no dia 1º de abril ao presidente do BID, Antonio Ortiz Mena, os senadores Robert Kasten (republicano) e Daniel Inouye (democrata), líderes da minoria e da maioria na Subcomissão de Operações Externas — que controla a dotação de verbas americanas ao BID — insistem que sejam implementadas medidas de proteção ao meio-ambiente antes de novos avanços da estrada.

Os congressistas cobram do BID e do governo brasileiro a implementação do Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas (PMA-CI) que deveria ter ficado pronto em setembro de 1986, e afirmam: “Não podemos permitir a repetição da devastação registrada em Rondônia”.

Funcionários do BID chegaram ao Brasil domingo para tratar dos projetos financiados pelo Banco com as autoridades brasileiras. É possível que eles anunciem ao governo brasileiro a suspensão dos desembolsos do empréstimo à BR-364.

A devastação da floresta, a invasão das terras indígenas e o custo social dos projetos de colonização agrícola do Polonoroeste, em Rondônia, a partir da construção da BR-364, Cuiabá—Porto Velho, levaram o Congresso americano a determinar que o BID exigisse do governo brasileiro políticas sensíveis ao impacto ambiental e social para o financiamento de novos projetos de desenvolvimento.

Desde 1983, grupos ecologistas americanos como o Environmental Defense Fund, o National Wildlife Foundation, o Sierra Club, o Cultural Survival e o Natural Resources Defense Council, com a ajuda de entidades brasileiras, vêm promovendo um lobby ecologista no congresso para impedir que os bancos multilaterais “financiem desastres” em diversos países.

O governo brasileiro contratou o empréstimo para a pavimentação da BR-364 até Rio Branco, com o BID, em março de 1985. Na ocasião, comprometeu-se a elaborar e implementar, em 18 meses, o Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas. Diversas agências governamentais como o IBDF, a Funai, o INCRA, o DNER e os governos de Rondônia e Acre participam da elaboração do PMACI, sob a coordenação do IPEA, o Instituto de Pesquisas Econômicas do Ministério do Planejamento.

O plano deveria estar pronto em setembro de 1986. Recentemente, foi adiado para o terceiro trimestre de 1987. Mas ecologistas brasileiros e americanos suspeitam que nada está sendo feito. O governo brasileiro teria concordado com a elaboração do plano apenas para garantir a obtenção do empréstimo do BID.

No dia 22 de março passado, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Acre, e membro da diretoria do Conselho Nacional de Seringueiros, Francisco Mendes Filho, 45, o “Chico Mendes”, foi a Miami — levado por ecologistas americanos — participar da Reunião Anual do BID. No dia 26, esteve em Washington participando de diversas reuniões com deputados e senadores americanos.

Na exposição feita aos parlamentares, o líder sindical brasileiro reiterou, diversas vezes, que as associações dos trabalhadores rurais e seringueiros não são contra a pavimentação da estrada BR-364 até Rio Branco. Mas consideram que as obras devem ser acompanhadas de medidas de proteção ambiental e aos direitos da população da região, posseiros, índios e seringueiros.

“Não podemos permitir devastação”

A carta enviada pelos senadores americanos ao BID é a seguinte:

“Caro Presidente Antonio Ortiz Mena, informações atualizadas provenientes do Brasil indicam que estão ocorrendo danos significativos ao meio ambiente como resultado direto da continuação da construção da BR-364 para o Acre. A Subcomissão de Operações Externas do Senado é obrigada a reiterar ao senhor sua forte oposição a tais abusos sobre os recursos ambientais.

Sob a sua liderança, e como resultado da intervenção da Subcomissão no projeto Polonoroeste, do Banco Mundial, o BID tem feito uma avaliação da problemática ambiental do projeto da BR-364. O BID identificou nesse projeto fatores potencialmente prejudiciais ao ambiente. Em conjunto com o governo brasileiro, o senhor elaborou um plano de proteção ao meio ambiente (PMACI) para evitar essas consequências. Porém, fomos informados de que a pavimentação da estrada está bem adiantada e avança, enquanto que as medidas de proteção ao ambiente requeridas pelo empréstimo estão atrasadas.

A Subcomissão acredita ser fundamental que as medidas de proteção ambientais, identificadas pelo senhor como presidente do BID, sejam implementadas em toda a sua extensão. A Subcomissão de Operações Exteriores do Senado insiste em que essas medidas sejam implementadas antes de novos avanços no projeto de construção da estrada. Se o Banco não utilizar o poder de pressão inerente ao processo de desembolsos, perde-se o mais importante instrumento para garantir o sucesso do empréstimo.

Não podemos permitir a repetição da devastação registrada em Rondônia. A Subcomissão têm sido muito explícita sobre seus requerimentos à proteção do meio ambiente. Por essa razão, insistimos que sejam suspensos os adiantamentos para a extensão da BR-364 até que o Banco possa verificar que as medidas necessárias à proteção do meio ambiente incluídas no empréstimo tenham sido implementadas.”